

TRIBUNA
DA
CIDADESalto para
o futuro

JAMES LEWIS

Brasília não se resolve em si mesma. A solução para os seus problemas deve ser buscada no âmbito regional e nacional. Por um motivo simples: Brasília surgiu de um projeto federativo. Foi idealizada para funcionar como polo de interiorização do desenvolvimento, como eixo de articulação nacional. E assim deve ser entendida.

Temos hoje o terceiro mais movimentado aeroporto do País e a maior parte da malha rodoviária nacional passa por aqui. E preciso, pois, aproveitar estrategicamente essa infraestrutura, de modo a contornar os impasses locais e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução das disparidades regionais. Em outras palavras, é preciso conjugar os interesses de Brasília aos interesses do Brasil.

A proposta de criação do Mercado Comum do Centro-Oeste, o Mercoeste, uma zona de livre comércio reunindo num mesmo bloco o DF, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e ainda os estados de Tocantins, Acre e Rondônia, obedece a essa lógica, como já afirmamos por repetidas vezes. Alegra-nos, agora, ver a idéia ganhar novo impulso com a mobilização liderada, em âmbito local, pela Fibra.

O Mercoeste representa um salto para o futuro. E isso vale não só para o DF ou região Centro-Oeste. Vale para todo o Brasil. A implantação dessa zona de livre comércio no centro do Brasil tem repercussão sobre todo o território nacional. Inspira uma nova onda de desenvolvimento, cujos frutos serão colhidos por todos. Senão, vejamos.

Primeiramente, o Mercoeste consagra uma nova geopolítica no Brasil, ao propiciar a integração dos estados de Tocantins, Rondônia e Acre ao processo de crescimento nacional. Com o Mercoeste, esses estados seriam automaticamente incluídos no Prodeco (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e poderiam realizar mais investimentos.

O Mercoeste estimula também a construção da tão sonhada saída para o Pacífico. Das propostas já postas em debate, a mais viável é a que permite o acesso ao Porto de Bayovar, no Peru. Os japoneses, que têm interesse na soja produzida no Centro-Oeste brasileiro, já demonstram vontade de financiar a ligação ferroviária entre Bayovar e a fronteira com o Brasil, cortando a cordilheira dos Andes, o trecho mais caro. O resto ficaria por conta da retomada do traçado original da estrada de ferro Centro-Oeste - que liga Mato Grosso ao Planalto Central e atualmente é administrada pelo empresário Olacyr de Moraes, que a desviou para São Paulo.

Ao mesmo tempo, o Mercoeste abre grandes possibilidades de incremento do eixo ferroviário Oeste-Leste, com a finalização do trecho Pirapora-Unaí ao Planalto Central. A ferrovia encurtaria em 170 quilômetros o trajeto entre Brasília e o Porto de Tubarão, no Espírito Santo, estabelecendo uma ligação importante com a hidrovia no Rio São Francisco, um corredor fluvial de 1.460 quilômetros.

Toda essa rede se somaria à ferrovia Norte-Sul, com a conclusão do trecho Imperatriz-Estreito-Carajá, ligando o Centro-Oeste ao Porto de Itaqui, no Maranhão. Assim, teríamos um eficiente sistema ferroviário, interligando o Brasil de ponta a ponta. Uma outra frente de obras poderia ser aberta a partir do Distrito Federal rumo ao Norte do País, aproveitando-se a calha do Rio Paraná.

Na área de energia, o Mercoeste funcionaria como mais um estímulo à construção do gasoduto Bolívia-Brasil, outro sonho embalado há anos pelo empresário da região, especialmente o de Goiás e do DF. Como alternativa, poderiam ser explorados os poços de gás natural que existem em abundância no município de Bonfinópolis (MG), aqui perto, no Entorno de Brasília.

Além disso, a implantação do Mercoeste aqueceria o Porto Seco do DF, um projeto que tem merecido todo o nosso empenho e que deverá entrar em funcionamento no próximo ano. Isso sem falar que a criação desse mercado comum na região justificaria o redimensionamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCCO), um fundo que vem sendo administrado de forma dispersa e aleatória e que precisa urgentemente sofrer correções.

Como se vê, os desdobramentos do Mercoeste são muitos. Mais que uma iniciativa de interesse regional, o Mercoeste implica numa mudança radical no modelo de desenvolvimento do País. Um desenvolvimento que, até então, tem privilegiado o litoral em detrimento do interior.

Por isso mesmo, o Mercoeste precisa ser conduzido por um conselho amplo, formado por todos os interessados - governadores, políticos, empresários e trabalhadores, além do Governo Federal, que deverá ter participação decisiva na implantação dessa zona de desenvolvimento econômico e social.

Ao conselho, caberá definir a uniformização da política tributária, a realização de investimentos em obras de infra-estrutura, o controle do processo de industrialização com base na vocação de cada estado, a criação do Banco de Desenvolvimento do Mercoeste, a adoção de uma política de qualificação da mão-de-obra regional, a fixação de uma política fundiária na região e a unificação dos incentivos fiscais.

As lideranças políticas, empresariais e sindicais do DF e dos demais estados envolvidos com o projeto têm a obrigação de abraçar a causa, de incensar a idéia, de regar a semente, para que o Mercoeste saia do plano das boas intenções e venha a se tornar uma realidade, mudando, para melhor, a face do DF, do Centro-Oeste e de todo o Brasil.

■ James Lewis é subsecretário do Entorno do DF

■ A coluna Tribuna da Cidade sai às segundas, quartas e sextas-feiras e está aberta a todos os segmentos da sociedade.

